

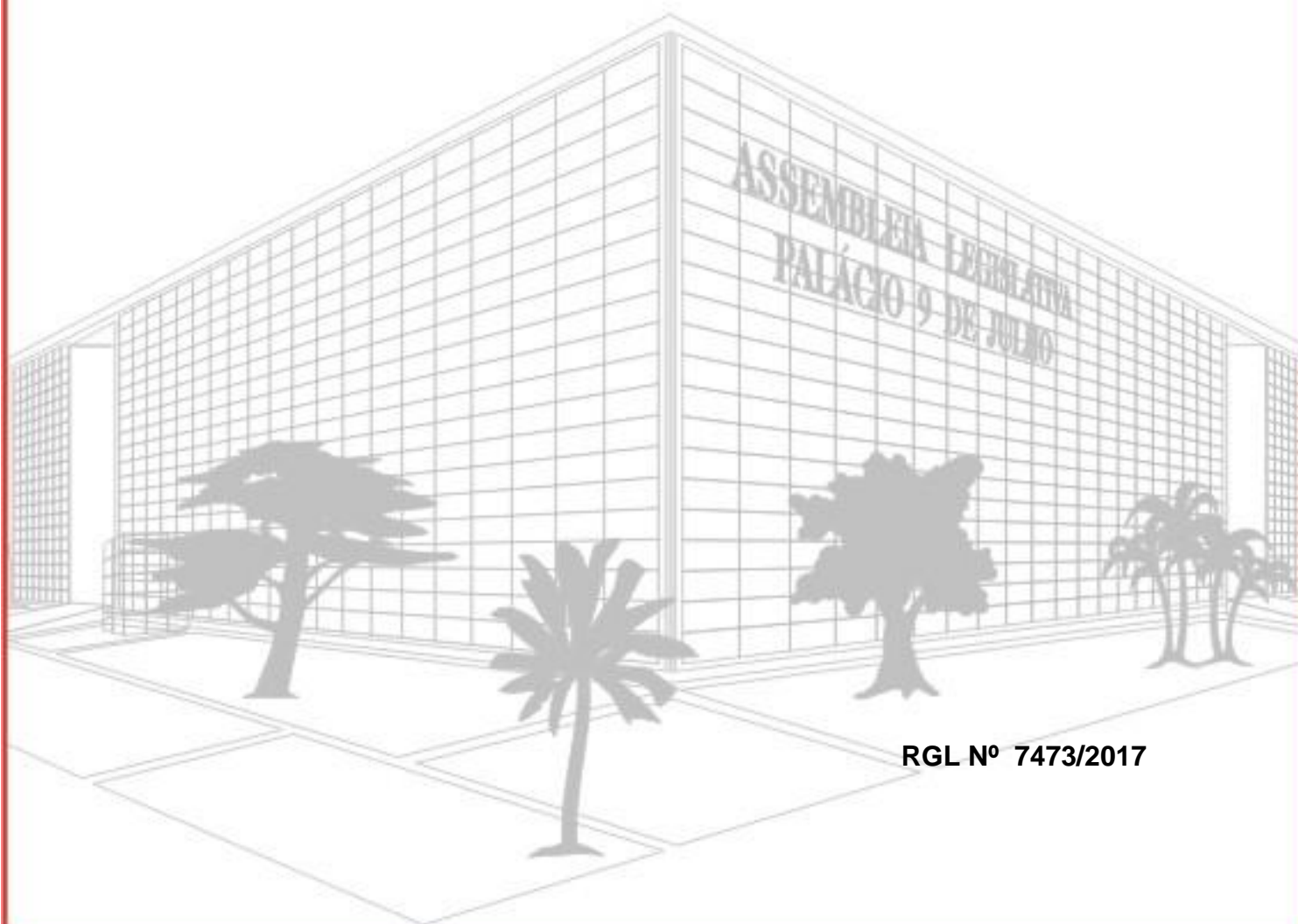


# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

## Indicação nº 3565, de 2017

Indica ao Sr. Governador alteração do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei Estadual nº 10.261, de 29 de outubro de 1968).

Autoria: **Deputado Hélio Nishimoto**



RGL Nº 7473/2017



## **INDICAÇÃO Nº 3565, DE 2017**

Indico, nos termos do artigo 159 do Regimento Interno, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que promova estudos e tome providências no sentido de alterar o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei Estadual nº 10.261, de 29 de outubro de 1968), com vistas à concessão de horário especial, quando considerada necessária por junta médica oficial e independentemente de compensação de horas, ao servidor que seja portador de necessidades especiais ou cujo cônjuge, filho ou dependente o seja, em consonância com os §§ 2º e 3º do artigo 98 da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

### **JUSTIFICATIVA**

A Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais – admite a concessão de horário especial, se considerada necessária por junta médica oficial e independentemente de compensação de horário, ao servidor portador de necessidades especiais ou cujo cônjuge, filho ou dependente o seja (artigo 98, §§ 2º e 3º).

Assim, esta indicação tem em vista melhorar as condições de trabalho dos servidores estaduais portadores de necessidades especiais e permitir que os servidores possam assistir adequadamente seu cônjuge, filho ou dependente, se este for portador de necessidades especiais, em consonância com o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 98 da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Sala das Sessões, em 11/10/2017

a) Hélio Nishimoto